

Plataforma Estadual para uma Comunicação Democrática

O debate em torno de políticas públicas de comunicação tem sido predominantemente nacionalizado, principalmente porque é competência da esfera federal a regulamentação do sistema de radiodifusão e de serviços de telecomunicações. Mas isso não exime os governos estaduais de propor políticas que tenham impacto na defesa e promoção da diversidade da comunicação.

A proteção e promoção da liberdade de expressão, um fundamento da democracia, ultrapassa o debate em torno da regulamentação do sistema de radiodifusão e de telecomunicação. Estamos falando de ações que permitam que todos e todas tenham direito à voz e que essa voz seja ouvida pelos poderes públicos e por toda a sociedade. E isso é uma construção permanente e pede o envolvimento da sociedade e do governo em todas as instâncias.

Se entendemos a comunicação em sua dimensão pública e democrática, ela é, em si, um instrumento de participação popular e de exercício de cidadania e permite que o cidadão e a cidadã qualifiquem sua participação em processos democráticos de gestão. Nesse sentido, implementar políticas públicas de comunicação, que promovam a pluralidade de vozes, deve fazer parte de uma política de desenvolvimento regional.

Mas a comunicação é também um mecanismo estratégico de gestão pública e um dever do Estado, que tem a obrigação constitucional e legal de dar publicidade às informações que produz. Por isso, envolve também mecanismos de prestação de contas, além de manter a população informada sobre seus direitos e sobre os serviços oferecidos pelo poder público.

Em Minas Gerais, o cenário da informação e da comunicação, no âmbito da administração estadual, configurou-se, nos últimos anos, como um ostensivo plano de propaganda. Ficou ausente, em todo esse período, a possibilidade de fomentar uma comunicação pública como política de difusão do conhecimento e de criação de condições democráticas para a participação do cidadão no controle da administração pública.

O gasto em publicidade oficial em Minas quase triplicou nos últimos anos. De R\$ 67 milhões em 2003, passou para R\$ 167 milhões em 2011. Tão grave quanto o montante é a falta de transparência nessa despesa: não se discute a natureza das publicidades nem os critérios de distribuição das verbas; falar em submeter esses critérios a um controle público, então, nem se cogita. A concentração de verbas publicitárias transforma em poderoso mecanismo de controle da mídia (dependente das verbas) aquilo que poderia ser um importante instrumento de fomento à dinamização do mercado da comunicação no Estado. Dinamizar o segmento da comunicação é democratizar e ampliar os espaços de manifestação de vozes.

Minas deveria ter um Conselho Estadual de Comunicação. A nossa Constituição, seguindo o modelo da Carta Magna do país, prevê sua criação, no artigo 30. No entanto, continua apenas como desejo da Assembleia Constituinte mineira.



As rádios e TVs comunitárias ou educativas passam por imensas dificuldades, que vão desde a falta de estrutura tecnológica à ausência de fundo de apoio financeiro para projetos de valorização da cultura local e da produção independente. A permanecer este descaso com o setor, a instalação, a partir de 2015, dos Canais da Cidadania de tv municipal digital aberta, correm sério risco de não saírem do papel.

A Fundação TV Minas, percorre, desde sua criação há 30 anos, um caminho tortuoso pela sobrevivência, com cortes constantes em seu minguado orçamento. A recente realização de concurso público, após uma década de irregularidades detectados pelo Ministério Público, é insuficiente para colocá-la nos trilhos, dadas as baixas remunerações oferecidas e a falta de investimentos na produção de conteúdos. Agrava essa realidade, a ausência de participação social em sua gestão.

A Rádio Inconfidência, outrora a “Gigante do Ar” ,sofre de males semelhantes, privando o poder público de contar com uma rede integrada de comunicação para o desenvolvimento social, econômico e cultural de Minas.

Esse é o contexto de um triste paradoxo: a liberdade de expressão nasce morta na “terra da liberdade”. Mas, como no tempo dos Inconfidentes, “(...) a bandeira já está viva, // e sobe, na noite imensa”, como diz Cecília Meireles. Diferente dos Inconfidentes, já não é necessário conspirar à noite e falar em liberdade já não produz réus. Precisamos avançar nas conquistas e, nesse ponto, a pauta da comunicação democrática é ponto vital.

Entendemos, pois, que a política de comunicação deve estar pautada pela defesa radical da liberdade de expressão, do direito à informação e ao conhecimento, possibilitando, com isso, a formação de uma opinião pública democrática que promova a manifestação espontânea e autêntica das vontades de todos os cidadãos e cidadãs. Consideramos que a publicidade e a transparência são princípios constitucionais da administração pública ao mesmo tempo em que é importante aliada para garantir a eficiência das políticas públicas. Por isso, o poder público – em qualquer de suas instâncias – deve estabelecer uma política de informação e de comunicação baseada na participação popular, articulada diretamente com os propósitos de promoção da cidadania.

O Estado deve ser um agente fomentador da comunicação, entendendo essa como instrumento de valorização da cultura e de garantia da diversidade em todos os ambientes e plataformas. A comunicação que defendemos tem um caráter libertador, baseada no diálogo permanente e vacina contra qualquer tentativa de imposição do pensamento único.

Propostas:

- Inserir o eixo da Comunicação Pública no Planejamento Estratégico da Administração Estadual, construindo um modelo participativo, com respeito às demandas regionais;
- Adotar critérios transparentes de aplicação de verbas publicitárias, abrangendo mídias de todos os portes, do sistema comercial, público e estatal;
- Subsidiar linhas de financiamento, junto ao BDMG, para expansão das mídias públicas e comunitárias;
- Estímulo ao desenvolvimento de um Plano Diretor de Radiodifusão Comunitária;
- Implementar nos municípios, em parceria com o Governo Federal, o programa Cidades Digitais;
- Concluir a expansão do sinal de telefonia celular para todos os municípios e localidades do Estado;
- Criar programa de apoio e incentivo ao escritor mineiro por meio da Imprensa Oficial do Estado;
- Estímulo às práticas de comunicação e educação para jovens e adultos nas escolas da rede estadual, tendo como referência o projeto Mídias na Educação, no MEC.
- Garantir infraestrutura para cumprimento integral da Lei de Acesso à Informação, no âmbito da administração pública estadual;
- Fomentar a cultura da transparência das informações, junto ao servidores, bem como do direito de acesso pelos cidadãos.
- Fortalecer a TV Minas, com previsão orçamentária adequada, valorização de seu quadro de pessoal e com um novo modelo de gestão, que contemple a participação da sociedade civil;
- Criar uma rede de apoio as TVs públicas municipais, a partir da estrutura da TV Minas, como objetivo de fomentar a cultura e a produção local;
- Compartilhar, via TV Minas, estrutura para instalação dos canais da cidadania de TV aberta digital, via prefeituras e/ou entidades da sociedade civil;
- Criar uma rede integrada de rádios públicas e comunitárias, tendo a Rádio Inconfidência como cabeça de rede, com o propósito de valorizar a cultura e a produção local.
- Criar o Conselho Estadual de Políticas de Comunicação e Informação Pública, com caráter autônomo, constituído por representação da sociedade civil e do poder público.